

SÉRIE ANTROPOLOGIA

150

QUANDO FAZER É REFLETIR
Luís R. Cardoso de Oliveira

Brasília
1993

Quando Fazer é Refletir **(Sobre a Importância do Ensino de Filosofia na Formação do Antropólogo)¹**

Prof. Luís R. Cardoso de Oliveira

Em outras oportunidades, ao discutir as características do conhecimento ou da interpretação antropológica, tenho chamado a atenção para a importância da dimensão filosófica da antropologia. Deste modo, sugeri que a disciplina teria se desenvolvido a partir de um dilema constitutivo entre, de um lado, uma ênfase no caráter "local" e contextualizado da interpretação etnográfica e, de outro, uma preocupação com questões de validade. Da mesma forma, indiquei que este dilema fazia com que o trabalho antropológico estivesse profundamente marcado por uma dialética radical entre a ciência e a filosofia, entre o empirismo e a metafísica, ou entre o dado e o significado (L. Cardoso de Oliveira, 1993:67). Procurava demonstrar então que a combinação de uma especialização no estudo das sociedades ditas primitivas ou exóticas, --especialmente forte durante o período de formação da disciplina--, com a prática do trabalho de campo fazia com que o sucesso do empreendimento etnográfico fosse condicionado pela relativização efetiva das categorias de entendimento do antropólogo, ainda que isto tivesse que ser feito a revelia deste (Idem:68-69). Isto é, inspirado no lema da "observação participante", assinalava que o antropólogo não podia abdicar de um exercício hermenêutico que conjugasse a dimensão analítica de seu empreendimento (aquela que enfatiza o distanciamento, a observação e a objetividade) com a dimensão auto-reflexiva (que não perde de vista a idéia de pertencimento ou de participação, assim como as pressuposições culturais do pesquisador).

Quando fui convidado para participar desta mesa-redonda, sobre a necessidade da "Filosofia para outros cursos da Universidade", estimulado pelo equacionamento do problema proposto pelo Prof. Julio Cabrera, pensei que seria uma boa oportunidade para desenvolver estas idéias no contexto de uma reflexão sobre as relações entre práticas de ensino e/ou de aprendizado nas duas disciplinas. Isto é, como não poderia deixar de ser, a partir de uma perspectiva antropológica.

Neste contexto, ao invés de me preocupar com o significado da filosofia para as Humanidades em geral, enquanto referencial obrigatório para o pensamento

¹Trabalho apresentado na mesa redonda "É Necessária a Filosofia para Outros Cursos da Universidade?", realizada durante a **IV Semana Universitária da UnB**, em abril de 1993. Pensando no caráter interdisciplinar do evento, não resisti a tentação de parodiar o título da obra clássica de Austin, "Quando Dizer é Fazer...", recentemente traduzida para o português (1990). A paródia me pareceu apropriada não só por retratar bem um aspecto central da pesquisa antropológica, mas também porque o livro de Austin tem tido grande penetração na comunidade antropológica e esta recepção se constitui num bom exemplo da fecundidade do diálogo entre as duas disciplinas.

ocidental, ou mesmo para modalidades específicas de realização do empreendimento antropológico, nas quais o pesquisador desenvolve um diálogo direto com a tradição filosófica, resolvi centrar minha discussão naqueles aspectos ou dimensões da disciplina que teriam algo a dizer para o "fazer antropológico" em geral. Afinal de contas, haveriam semelhanças ou relações entre o "fazer antropológico" e o "fazer filosófico" cuja exposição ou aprendizado por parte dos antropólogos pudesse torná-los profissionais mais bem equipados? Até que ponto o ato de "antropologizar" um problema teria algo de "filosofar" sobre o mesmo? Até que ponto, digamos, o estudo dos "Diálogos Socráticos" pode nos ajudar a compreender melhor as práticas de bruxaria entre os Azande, os funerais Bororo, as concepções de família entre populações camponesas no nordeste, o processo de "impeachment" do ex-Presidente Collor, ou, para trazer o problema para horizontes ainda mais próximos, porque entre os historiadores um pesquisador de cinquenta anos é às vezes considerado imaturo para realizar um trabalho de maior fôlego, enquanto entre os matemáticos o auge da carreira é percebido como estando destinado a chegar ao fim por volta dos vinte e cinco anos de idade (Geertz, 1983:159)?

Tomando como referência o título dado a esta exposição, pode-se dizer que a principal característica do "fazer antropológico" é a indissociabilidade entre pesquisa empírica e reflexão, assim como definida no primeiro parágrafo do texto. Da mesma maneira, se relativizarmos as origens marcadamente Kantianas da noção de reflexão, poderíamos dizer que a filosofia em geral não pode abrir mão da atitude reflexiva na medida em que qualquer que seja a maneira que a disciplina seja definida e qualquer que seja o seu foco de interesse privilegiado, o exercício filosófico nunca deixará de se constituir num pensa (ou questionar) sobre o pensamento. Seja este apreendido através da linguagem, das representações, das visões de mundo, ou de alguma forma de discurso sobre a experiência (ou existência) humana.

Além disto, seja a filosofia concebida como a "guardiã da racionalidade", para utilizar uma expressão de Habermas (1989), como a "arte de formar [de inventar, de fabricar] conceitos", para fazer uso agora de uma formulação de Deleuze & Guattari (1992:10), ou como a atividade de descrever "jogos de linguagem" e/ou "formas de vida", para não deixar de citar a visão de Wittgenstein (1979), --que tem grande penetração em certos círculos antropológicos--, o trabalho do filósofo é sempre identificado com o processo de desvendar significados e de esclarecer idéias, trazendo a tona a preocupação da filosofia com a sustentação de seu próprio discurso, entendido aqui como, simultaneamente, o objeto e o produto das investigações dos filósofos.

Pois são exatamente estas duas características da filosofia, isto é, (a) ter o pensamento ou as idéias como foco de investigação e (b) a preocupação com a sustentação ou coerência de seu próprio discurso, que me parecem particularmente fecundas para o "fazer" antropológico. Diferentemente da filosofia, a antropologia é uma disciplina que só se realiza através da pesquisa empírica. Entretanto, como é bem sabido entre os iniciados, as práticas, situações e/ou contextos sociais estudados pelo antropólogo só se tornam intelegíveis à luz das representações dos "nativos". E é no esforço de compreensão destas representações, muitas vêzes vivido como uma experiência de confrontação no plano das idéias ou dos conceitos, que a dimensão reflexiva da pesquisa antropológica revela toda a sua relevância e potencial de elucidação. É aqui também que o "fazer" filosófico e sua atenção para com a coerência interna

do discurso fala mais de perto para a experiência do antropólogo. Neste sentido, a importância atribuída pelos antropólogos ao "ponto de vista nativo", assim como a preocupação em desvendar a "lógica interna do sistema" (nativo), constituem noções/orientações básicas amplamente compartilhadas na comunidade de pesquisadores.

O que eu gostaria de enfatizar no momento, e que me parece uma contribuição central da filosofia para esta área de confluência com a antropologia, é a necessidade de consideração do que, na falta de um termo melhor, eu utilizaria a noção de **internalidade**² do pensamento ou das representações, das visões de mundo, dos jogos de linguagem e, porque não, das formas de vida. Através desta noção eu gostaria de chamar a atenção não só para a preocupação com a coerência interna do discurso filosófico mas, sobretudo, para a necessidade de se qualificar esta coerência que não deve ser apenas lógica, pois deve satisfazer as demandas de sentido cuja verbalização seria razoável esperar de um interlocutor (real ou virtual) cognitivamente engajado nas propostas do autor, e que se empenhasse em conseguir entender adequadamente as implicações do discurso em pauta. Isto é, o discurso filosófico não pode se contentar em ser apenas portador de **algum** sentido, mas tem que manter a pretensão de ser capaz de persuadir seus interlocutores quanto a plausibilidade dos argumentos apresentados em relação ao problema substantivo que norteia a discussão.

Isto não significa que os interlocutores não possam divergir do discurso apresentado. De fato, eles com frequência o fazem. O que é importante assinalar aqui é que um discurso minimamente consistente e digno de arguição ou de questionamentos não pode ser identificado como uma mera abstração (vazia de conteúdos), nem como portador de um sentido lógico mas arbitrário, ainda que não contraditório. Em última instância, para que o discurso filosófico possa se manter enquanto tal ele tem que ser visto e apreendido como sendo portador de **ensinamentos**, ainda que não consigamos nos identificar com as propostas do autor. Desta maneira, o aprendiz de filosofia pode e deve aprender com Descartes sem ter necessariamente que adotar o método cartesiano, pode e deve aprender com Hegel sem que isto faça dele necessariamente um dialético ou Hegeliano, pode e deve aprender com Frege ou Russell sem que isto o torne necessariamente um lógico, pode e deve aprender com Pierce ou Dewey sem que isto necessariamente o transforme num filósofo pragmatista e etc...

Chamo a atenção para o fato de que não estou propondo nenhum tipo de ecletismo ao insistir na possibilidade de se aprender com tradições filosóficas diferentes. Longe disto. Assim como o antropólogo não pode abrir mão de sua origem cultural e não se transforma em "nativo", o aprendiz de filosofia, ou o filósofo, terá sempre uma identidade intelectual com inclinações mais fortes e afinidades mais próximas que darão o balizamento mais amplo do seu modo de filosofar. Não obstante, o diálogo com tradições diversas tem grande potencial de enriquecer ou de elucidar nossas idéias, e

²A noção de **internalidade** tem uma longa trajetória no pensamento filosófico ocidental, especialmente na tradição Continental, e, contemporaneamente, tem sido foco de debates estimulantes no âmbito da História da Ciência. Para uma discussão interessante sobre a fecundidade destes debates para a formulação de uma proposta de "etnografia da ciência", a partir de uma perspectiva antropológica, ver o trabalho de R. Cardoso de Oliveira (1988:168-180).

esta é uma experiência através da qual a antropologia talvez tivesse algo a ensinar à filosofia. Neste sentido, aproveito a oportunidade para salientar que, do meu ponto de vista, uma das lições mais difíceis e fecundas da vida acadêmica é aquela que nos ensina a aprender com aqueles de quem discordamos. Isto é, inclusive com aqueles de quem discordamos agora e com quem provavelmente discordaremos sempre. Com frequência, na academia, a necessidade de se apurar os ouvidos só é percebida quando o empenho em aprimorar a fala ou a escrita já vem se desenvolvendo a algum tempo. Contudo, com a mesma frequência, o esforço necessário para **transmitir conhecimentos** se torna menor (ou de mais fácil realização) do que aquele que empreendemos quando se trata de **captar ensinamentos**.

De qualquer forma, é importante reter a idéia de que a preocupação com a **internalidade** do pensamento (representações, formas de vida etc...) implica em ter como perspectiva aprender **ensinamentos**. Deste modo, me parece que os ensinamentos que transformam o aprendiz em filósofo não se limitam àqueles relativos à compreensão dos temas, problemas, interpretações e programas filosóficos apreendidos no diálogo com a tradição, ou seja, **ao que** os filósofos pensam, mas incluiriam também a apreensão de **como** eles pensam ou fazem filosofia. Da mesma maneira, gostaríamos de insistir que a demanda de sentido da perspectiva de apreender ensinamentos implica na assunção de uma atitude crítica, não passiva, em relação ao(s) discurso(s) filosófico(s). Pois, qualquer aprendizado demanda um mínimo de persuasão ou convencimento, cuja efetivação tem como consequência o desenvolvimento da capacidade de defesa (com boas razões) do ponto de vista apreendido. E este aspecto do processo marcaria bem a diferença entre a experiência de apreender ensinamentos e a idéia de absorver informações.

Neste sentido, comparando a situação do antropólogo com a do filósofo, eu diria que enquanto este se preocupa com a **internalidade** de um discurso com o qual normalmente compartilha muitas (senão as mesmas) pressuposições culturais, o antropólogo tem que fazer um esforço inicial maior para apreender a **internalidade** de um discurso cuja distância cultural é por vezes de tal ordem que o pesquisador, num primeiro momento, tem dificuldades de lhe atribuir qualquer sentido lógico. Entretanto, no que concerne às demandas do interprete/pesquisador quanto a satisfação daquela segunda dimensão de sentido, àquela que implica no aprendizado de **ensinamentos**, filósofo e antropólogo encontram-se na mesma situação.

A relevância deste tipo de aprendizado ou treinamento para a antropologia está no respeito à **internalidade** da interpretação, seja ela filosófica, antropológica, ou produto de um saber não especializado (e.g., "o ponto de vista nativo"). Como vimos, o trabalho antropológico combina pesquisa empírica com reflexão, observação com participação, e na dimensão empírica combina a investigação das práticas (comportamentos) sociais com a pesquisa das representações coletivas para desvendar o significado dos eventos e das situações que têm lugar na sociedade (ou grupo social) estudada, assim como as características de sua estrutura social.

Deste modo, embora o antropólogo não possa dispensar a consideração de uma visão **externa**, ou de seu "olhar de fora", como diria Lévi-Strauss (1962), esta não pode desconsiderar, ou mesmo subordinar, o esforço de compreensão **interna** das formas de vida em questão. Isto não quer dizer que os "nativos" têm sempre razão, ou que seu ponto de vista não possa ser criticado. De acordo com a noção de

internalidade que explicitamos acima, a condição mesmo de apreensão do discurso filosófico ou do ponto de vista nativo está num tipo de cobrança de sentido por parte do interlocutor ou do estudioso, cuja realização não é viável sem a manifestação de dúvidas e questionamentos. O antropólogo não só pode, como com frequência deve, apresentar interpretações alternativas ao ponto de vista nativo em relação ao problema em pauta. O que o antropólogo não pode fazer sem correr o risco de não compreender seu objeto de estudo, e/ou sem abdicar do poder de persuasão de sua interpretação, é apresentar uma etnografia que não revele qualquer tipo de **aprendizado** etnográfico a partir do diálogo com o ponto de vista nativo. Numa monografia bem sucedida, o ponto de vista nativo sempre deixa sua marca na interpretação do antropólogo. Isto é, ao contribuir para a constituição mesmo dos **fatos** etnográficos, o discurso nativo revela significados que são necessariamente incorporados à visão do pesquisador para que seu trabalho chegue a bom termo.

Um bom exemplo da fecundidade de se considerar a **internalidade** do discurso nativo, ou da forma de vida em estudo, no "fazer" antropológico seria o trabalho de Dumont sobre a Índia (1980). Depois de colocar sua visão "em perspectiva" e de se expor ao ponto de vista nativo, o autor argumenta convincentemente que o sistema de castas, e o princípio hierárquico que o orienta, não podem ser adequadamente entendidos a partir das idéias de estratificação social e da correspondente gradação dos grupos sociais, no caso as castas, numa escala crescente ou decrescente de poder e autoridade. Embora a luta pelo poder tenha o seu papel na organização das castas, Dumont mostra como o sistema privilegia as relações das castas com o **TODO**, ao invés das relações que estes grupos manteriam entre si, e enfatiza a idéia de interdependência. Deste modo, a partir da articulação do princípio hierárquico com o valor de pureza, através da oposição puro/impuro, o sistema de castas se caracterizaria por uma hierarquia de dignidade (e não de poder ou autoridade) onde o rei estaria subordinado ao sacerdote (o Brâmane), e se constituiria num sistema de relações em oposição à noção de sistema de elementos que marcaria a visão ocidental, impregnada pela ideologia individualista.

O exemplo da etnografia de Dumont é particularmente interessante porque, além de demonstrar que o autor aprendeu **ensinamentos** no diálogo com os nativos sem abrir mão de uma interpretação própria, viabiliza a relativização da idéia de **indivíduo** enquanto valor, frequentemente naturalizada na tradição ocidental, inclusive nas ciências sociais, e se constitui na primeira interpretação consistente do sistema de castas enquanto fenômeno englobador e como instituição pan-indiana.

Por outro lado, a importância do ensino de filosofia na formação do antropólogo não termina aí. Assim como a atividade de pesquisa antropológica implica na conjugação de uma dimensão empírica com outra reflexiva, no aprendizado da perspectiva antropológica, através da leitura dos clássicos da disciplina, o referencial empírico é apenas uma das dimensões envolvidas no "diálogo" então estabelecido. Dada a importância da discussão conceitual na compreensão dos **fatos** etnográficos, e a característica totalizadora da interpretação antropológica (Tambiah, 1985:1-13), a **internalidade** da análise desenvolvida pelo antropólogo também deve ser considerada. Neste sentido, o aprendiz de antropologia tem que assumir uma posição similar a do aprendiz de filosofia, e se **expor** às idéias dos clássicos para apreender não só **o que** eles pensam mas também **o como** eles pensam.

Finalmente, gostaria de enfatizar o caráter exploratório das reflexões apresentadas aqui, as quais, ainda que tenham sido elaboradas a partir de uma perspectiva exclusivamente antropológica, pretendem ter **captado** algo do "fazer" filosófico que seja significativo e iluminador para o "fazer" antropológico. Entretanto, para não deixar de dizer nada sobre a contribuição potencial da antropologia neste debate com a filosofia, acredito que o equivalente da **internalidade** filosófica seria a consideração das implicações da **pluralidade** antropológica para o discurso filosófico. Mas esta seria outra discussão, a ser travada noutra oportunidade, e cujo enfrentamento talvez fosse argumentado de forma mais adequada se desenvolvido por um filósofo.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J.
1990 Quando Dizer é Fazer. Palavras e Ação. Porto Alegre: Artes Médicas.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, L.
1993 "A Vocação Crítica da Antropologia", em Anuário Antropológico 90. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 67-81.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R.
1988 "A voca o meta-disciplinar da Etnografia", em R. Cardoso de Oliveira Sobre o Pensamento Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, MCT, CNPq, pp. 161-180.
- DELEUZE, G. & F. GUATTARI
1992 O Que   a Filosofia? Rio de Janeiro: Editora 34.
- DUMONT, L.
1980 Homo Hierarchicus (Complete Revised English Edition). Chicago: The University of Chicago Press.
- GEERTZ, C.
1983 "The Way We Think Now: Toward an Ethnography of Modern Thought", em C. Geertz Local Knowledge. New York: Basic Books, Inc., pp. 147-163.
- HABERMAS, J.
1989 "A Filosofia como Guardador de Lugar e como Int rprete", em J. Habermas Consci ncia Moral e Agir Comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 17-35.
- LÉVI-STRAUSS, C.
1962 "A crise moderna da Antropologia", em Revista de Antropologia 10 (1 e 2).
- TAMBIAH, S.
1985 "Introduction: From the General to the Particular and the Construction of Totalities", em S. Tambiah Culture, Thought, and Social Action. Cambridge, MA.: Harvard University Press, pp. 1-13.
- WITTGENSTEIN, L.
1979 Investiga es Filosóficas. São Paulo: Abril Cultural.